



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



Plataforma online mapeia riscos climáticos em cidades brasileiras

Natureza ON mostra locais suscetíveis a impactos como inundações e deslizamentos de terra

Informar quais territórios da cidade estão expostos a riscos de eventos climáticos extremos e indicar medidas que podem ser adotadas para minimizar os impactos são os pontos centrais da plataforma “Natureza ON”, desenvolvida pela Fundação Grupo Boticário e aberta para acesso de forma gratuita no link naturezaon.com.br. Porto Alegre está mapeada pela ferramenta.

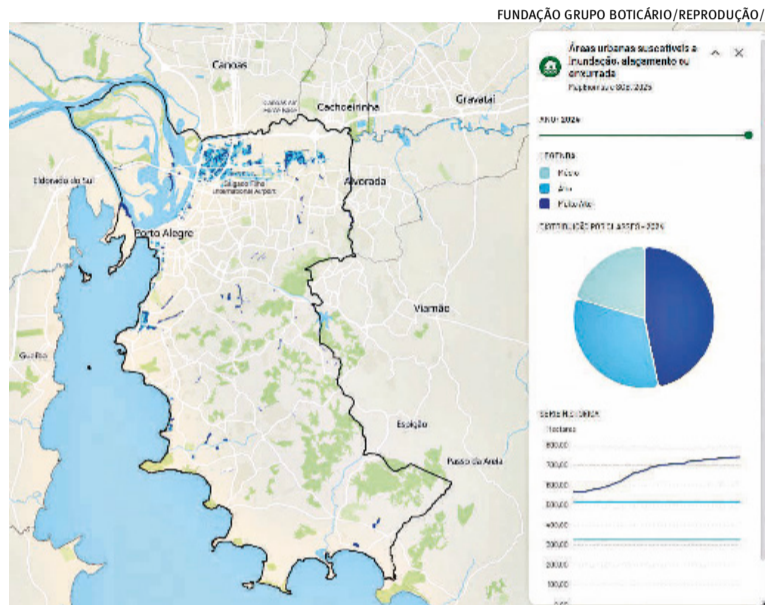
Com a proposta de auxiliar gestores públicos, empresas e a sociedade civil no enfrentamento a catástrofes em todo o Brasil, a ferramenta combina mapas, dados públicos e estatísticas oficiais para identificar riscos associados a eventos climáticos extremos, como locais mais suscetíveis a inundações, deslizamentos de terra e riscos de desabastecimento de água.

“A plataforma indica não só onde estão os riscos, mas também quais soluções podem ser adotadas em cada local”, destaca Willian de Avila Almeida, engenheiro ambiental e cientista de dados da Fundação Grupo Boticário. O conceito adotado para propor a adoção de medidas é conhecido como “soluções baseadas na natureza”, quando a intervenção se inspira em medidas naturais que podem resultar em benefício para o território.

Para isso, os desenvolvedores reuniram um conjunto de práticas já estudadas por instituições e especialistas em adaptação climática. Nesta primeira versão, foram incorporadas 15 soluções, com previsão de expansão até o fim do ano. Cada uma é associada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) correspondente.

As recomendações variam conforme o tipo de risco e as características do território, como uso e ocupação do solo – se é área urbana, agrícola ou desmatada, por exemplo. Entre as alternativas indicadas estão a criação de parques lineares, telhados verdes e outras estratégias para mitigar impactos.

Para áreas suscetíveis a inundações em centros urbanos densamente ocupados, por exemplo, uma das alternativas apontadas é a implementação de áreas planejadas para absorver o excesso de água durante períodos de chuva intensa. Esses espaços funcionam como zonas de amortecimento: alagam temporariamente, mas evitam que a água atinja áreas residenciais no entorno.



Site permite localizar diferentes territórios; Porto Alegre está mapeada

As recomendações variam conforme o tipo de risco e as características do território, como uso e ocupação do solo – se é área urbana, agrícola ou desmatada, por exemplo. Entre as alternativas indicadas estão a criação de parques lineares, telhados verdes e outras estratégias para mitigar impactos.

A Natureza ON utiliza dados de satélite, o que permite mapear riscos em escala nacional com resolução de até 30 metros, e cruza informações para identificar áreas vulneráveis. Lançada durante a COP30, realizada em novembro passado em Belém do Pará, a plataforma foi criada em parceria com o MapBiomas e com tecnologia Google Cloud.

Embora a plataforma tenha alcance nacional, casos como o de Porto Alegre ajudam a ilustrar sua relevância. A capital gaú-

42 'Redenções'

Conforme levantamento da plataforma Natureza ON, Porto Alegre possui mais de 1.582 hectares, o equivalente a 42 vezes o tamanho do Parque Farroupilha – a Redenção –, em áreas sujeitas a inundações, alagamentos e enxurradas.

cha foi escolhida como exemplo de análise, considerando os impactos das enchentes de 2024.

Conforme Almeida, entre os principais objetivos para este ano está ampliar a apresentação da ferramenta para prefeituras. A expectativa é que os dados possam subsidiar planos de adaptação climática, planejamento urbano e outras políticas públicas. A equipe já iniciou conversas com alguns gestores para coletar feedback e aprimorar a plataforma.

Agergs passa a regular gestão de resíduos na capital gaúcha

A prefeitura de Porto Alegre e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) assinaram na quinta-feira passada o contrato de regulação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na Capital. A medida atende ao Marco Legal do Saneamento Básico, que estabelece as diretrizes nacionais para o setor.

Com a formalização do vínculo, a prefeitura e a Agergs passarão a atuar de forma integrada na fiscalização dos serviços prestados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e na transição para a concessão administrativa do manejo de resíduos sólidos. O projeto de parceria público-privada (PPP) foi enviado em março para análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

No primeiro ano, será executada a etapa preliminar do contrato, voltada à estruturação do ambiente regulatório. Nesse período, a Agergs atuará de forma orientativa. O contrato terá vigência de cinco anos.

As tratativas entre a prefeitura e a Agergs tiveram início em 2025. Em março deste ano, as partes chegaram a um consenso sobre os termos do contrato, que foi encaminhado para análise da Procuradoria-Geral do Município (PGM) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A agência reguladora receberá, a partir do segundo ano do contrato, o repasse equivalente a 0,5% do faturamento bruto do DMLU. A informações são da prefeitura de Porto Alegre.

Prefeitura apresentará Plano de Redução de Riscos na sexta-feira

De acordo com relatório elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil, foram identificados 149 locais classificados como de alto e muito alto risco na cidade, abrangendo cerca de 20.900 edificações e aproximadamente 84 mil pessoas. Estes são dados que compõem o Plano Municipal de Redução de Riscos de Porto Alegre (PMRR-POA).

Na próxima sexta-feira, dia 10 de abril, a prefeitura da Capital promove a audiência pública de

apresentação final dos relatórios do Plano. A sessão será às 9h na Cinemateca Capitólio (Rua Demétrio Ribeiro, 1085, Centro). O trabalho foi realizado pela administração municipal em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e o Ministério das Cidades. Entre as metas do Plano estão a revisão, atualização e caracterização das áreas de risco, com foco especial nos assentamentos urbanos precários.

Porto Alegre sedia seminário sobre arquitetura, política e espaços urbanos

Porto Alegre será palco de um debate estratégico sobre o futuro das cidades, reunindo alguns nomes de destaque na política urbana do Brasil e do exterior. Nos dias 14 e 15 de abril, o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS) promove o seminário “Arquitetura, Cidade e Política: disputas, responsabilidades

e futuros possíveis”, com atividades distribuídas em diferentes lugares da cidade, como a Ufrgs, a UniRitter, o Sindicato dos Bancários e Solar do IAB. A proposta é conectar o debate acadêmico, institucional e profissional com temas como habitação, mudanças climáticas e desigualdades urbanas.

As inscrições podem ser feitas

no site iabrs.org.br/seminario/. As informações são da organização do seminário. O evento é também uma etapa preparatória para o 22º Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA).

O painel inaugural, na terça-feira, tratará do tema “Atuação Política Como Prática Profissional” e contará com a presença de Tainá de Paula (RJ), Nabil Bondu-

ki (SP) e Denise Silva Pessôa (RS), profissionais da área de arquitetura e urbanismo com atuação no poder público em seus estados.

Na quarta-feira, a palestra de encerramento será com o arquiteto e urbanista espanhol Santiago Cirugeda, artista e fundador do coletivo Recetas Urbanas, que construiu trajetória marcada pela atuação crítica e pela intervenção

direta nas dinâmicas urbanas.

São apoiadores do seminário: CAU/RS, ArqTur, Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, Embaixada da Espanha no Brasil, Faculdade de Arquitetura da UniRitter, Escola de Arquitetura da Universidade de Navarra, Instituto Cervantes, IPHAN, SAERGS, SindBancários e Ministério da Cultura.